



FOR
SIN



Estimativa para salário mínimo em 2019 é de R\$ 998

A estimativa para o salário mínimo em 2019, proposta em abril, foi reduzida de R\$ 1.002 para R\$ 998. A informação consta de nota técnica da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional que analisa o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para 2019. Por lei, o reajuste do salário mínimo é feito com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), acumulada em 12 meses, acrescida da variação real do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país de dois anos anteriores. Assim, o salário mínimo de 2019 deve ser corrigido pelo INPC de 2018 e terá aumento real equivalente à taxa de crescimento do PIB em 2017. Neste ano, o salário mínimo está em R\$ 954. Segundo a nota técnica, ao enviar em abril o projeto da LDO ao Congresso, o governo utilizou a estimativa de 3,8% de INPC para 2018, constante no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre e, ainda, a variação real do PIB de 1% em 2017. No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º bimestre de 2018, por sua vez, o governo reduziu a estimativa de INPC para 3,3%. Além da mudança na estimativa de inflação, para fazer a nova previsão, foi considerado o fato de a correção do salário mínimo de 2018 ter ficado aquém do INPC anual apurado. Assim, nesse cálculo, foi considerado o valor de R\$ 956,40 para 2018. Sobre esse valor, foi aplicada a recente estimativa do INPC divulgada pelo Poder Executivo. Com isso, chega-se ao valor aproximado de R\$ 998 (R\$ 997,84). De acordo com a nota técnica, cada R\$ 1 de aumento no salário mínimo gera despesas de R\$ 303,9 milhões, sendo R\$ 243 milhões de gastos previdenciários. Esse cálculo considera o impacto no caso de benefícios, como previdenciários e



FOR
SIN

seguro desemprego, de até um salário mínimo. O aumento previsto de R\$ 954,00 para R\$ 998,00 acarretará um impacto líquido de aproximadamente R\$ 13,4 bilhões nas contas públicas. LDOA LDO define os parâmetros e as metas fiscais para a elaboração do Orçamento do ano seguinte. Pela legislação, o governo deve enviar o projeto até 15 de abril de cada ano. Caso o Congresso não consiga aprovar a LDO até o fim do semestre, o projeto passa a trancar a pauta. Agência Brasil

Mais notícias do período Junho de 2018

- * [TST aprova Instrução Normativa sobre normas processuais introduzidas pela Reforma Trabalhista](#)
- * [Brasil perdeu 1,3 milhão de empregos na indústria entre 2013 e 2016](#)
- * ['Custo do desmonte dos sindicatos será muito alto para a sociedade'](#)
- * [Setor de serviços cresce 1% de março para abril, diz IBGE](#)
- * [Fed indica que juros vão subir mais este ano e pressão sobre o Brasil aumenta](#)
- * [Regulamentado saque de contas inativas do PIS/Pasep a todas as idades](#)
- * [Criança ou adolescente sofre acidente de trabalho a cada três horas e meia](#)
- * [Começam hoje as inscrições para o Sisu](#)
- * [Presidente da Central, Cláudio Janta, se licencia com a intenção de concorrer à Deputado Federal](#)
- * [Desemprego acelera para 12,9% em abril e atinge 13,4 milhões de pessoas](#)
- * [Diretor Geral da OIT, Guy Rider recebe em audiência oficial a direção da ADS](#)

[Notícias](#)